



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

## RELATÓRIO DE EXERCÍCIO – BIÊNIO 2021-2023

**Setor Informante:** Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.

**MACRODESAFIO:** Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos (COJ) está prevista no artigo 51 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, competindo-lhe opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus, submetendo textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros; propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos encaminhados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

A composição da referida Comissão para o biênio 2021/2023 foi definida através da Portaria nº 1004/2021-GP, de 3 de março de 2021, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Ronaldo Marques Valle, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (aposentadoria voluntária em sete de dezembro de 2022 – portaria 4665/2022-GP, de 7/12/2022), contando em sua composição com a Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça; a Exma. Sra. Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos; o Exmo. Sr. Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto; e o Exmo. Sr.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, além dos servidores Thaisa Carepa Castro, Secretária, e Orlando Cerdeira Bordallo Neto.

**No ano de 2021**, foram realizadas 9 (nove) Reuniões Ordinárias e 2 (duas) Reuniões Extraordinárias pela COJ, possibilitando a análise de 26 (vinte e seis) propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Os 26 (vinte e seis) processos analisados pela Comissão foram encaminhados ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 23 (vinte e três) Resoluções, 2 (dois) Anteprojetos de Lei e 1 (uma) Emenda Regimental, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº 5, de 2 de junho de 2021** - Altera o § 6º do art. 1º e § 2º do art. 4º, bem como acrescenta o art. 4º-A à Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, que regulamenta o serviço de plantão judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará, em 1º e 2º graus;

- **Resolução nº. 6, de 16 de junho de 2021** – Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) e da respectiva Comissão Gestora, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências;

- **Resolução nº. 7, de 16 de junho de 2021** - Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa) e dá outras providências;

- **Resolução nº. 8, de 30 de junho de 2021** - Reconfigura o Núcleo de Cooperação Judiciária e define os parâmetros de designação e atuação dos juízes de cooperação, em conformidade com as diretrizes fixadas na Resolução



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

nº 350, de 27 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, para os procedimentos de cooperação judiciária nacional;

- **Resolução nº. 9, de 30 de junho de 2021** - Dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará para o sexênio 2021-2026;

- **Resolução nº. 10, de 7 de julho de 2021** - Dispõe sobre a redefinição de competência das Varas da Fazenda Pública da Capital;

- **Resolução nº. 11, de 11 de agosto de 2021** - Institui a Política de Preservação de Documentação Digital do Poder Judiciário do Estado do Pará;

- **Resolução nº. 12, de 11 de agosto de 2021** - Institui a política de Gestão da Memória do Poder Judiciário do Estado do Pará;

- **Resolução nº. 13, de 11 de agosto de 2021** - Dispõe sobre a Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura, nos termos da Lei Estadual nº 8.320, de 14 de dezembro de 2015, bem como revoga a Resolução nº 7, de 1º de março de 2007, que versa sobre a Central de Apoio aos Magistrados (CAM) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

- **Resolução nº. 14, de 11 de agosto de 2021** - Regulamenta a publicação dos atos através do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;

- **Resolução nº. 15, de 25 de agosto de 2021** - Institui a Política de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Pará;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Resolução nº. 16, de 1º de setembro de 2021** - Altera dispositivos da Resolução nº 21, de 5 de dezembro de 2018, que regulamenta a realização de julgamento de processos no segundo grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Pará por meio eletrônico utilizando a ferramenta do Plenário Virtual;
  
- **Resolução nº. 17, de 8 de setembro de 2021** - Regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
  
- **Resolução nº. 18, de 15 de setembro de 2021** - Regulamenta a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP), previsto no art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
  
- **Resolução nº. 19, de 15 de setembro de 2021** - Institui a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no Poder Judiciário do Estado do Pará;
  
- **Resolução nº. 20, de 13 de outubro de 2021** - Dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Cobrança de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
  
- **Resolução nº. 21, de 13 de outubro de 2021** - Dispõe sobre os Núcleos de Justiça 4.0 do 1º grau de jurisdição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Resolução nº. 22, de 3 de novembro de 2021** – Institui a Política e o Sistema de Governança em Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.
- **Resolução nº. 23, de 3 de novembro de 2021** – Altera a Resolução nº 19, de 15 de setembro de 2021, que instituiu a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 24, de 17 de novembro de 2021** – Altera a Resolução nº 16, de 17 de outubro de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para instituir o Cadastro Eletrônico de Administradores Judiciais (CEAJ).
- **Resolução nº. 25, de 15 de dezembro de 2021** – Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 26, de 15 de dezembro de 2021** – Institui o Regulamento Geral para a outorga de condecorações no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 27, de 15 de dezembro de 2021** – Dispõe sobre a atualização monetária do valor da Gratificação de Atividade Externa (GAE) devida aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliador;
- **Anteprojeto de Lei** - altera a redação do caput e do § 1º do art. 9º da Lei Estadual nº. 8.328, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder judiciário do Estado do Pará;
- **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre a alteração dos requisitos para provimento do cargo em comissão de Diretor de Secretaria no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Emenda Regimental nº. 22, de 8 de setembro de 2021** - Altera a redação do art. 22, caput e § 1º, e revoga os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo, assim como insere os arts. 22-A, 22-B, 22-C e 22-D no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, disciplinando o procedimento de escolha e convocação de Juízes(as) de Direito para substituição em segundo grau, nos casos de vaga ou afastamento de Desembargador(a), a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias;

**No ano de 2022**, foram realizadas 11 (onze) Reuniões Ordinárias e 3 (três) Reuniões Extraordinárias pela COJ, possibilitando, a análise de 44 (quarenta e quatro) propostas de atos normativos encaminhados pelos setores do TJPA.

Dentre os 44 (quarenta e quatro) processos analisados pela Comissão, 42 (quarenta e dois) já foram aprovados pelo Tribunal Pleno do TJPA, dando origem a 30 (trinta) Resoluções, 6 (seis) Anteprojeto de Lei e 6 (seis) Emendas Regimentais, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº. 1, de 2 de fevereiro de 2022** – Dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição de que trata a Lei nº 13.093, de 12 de janeiro de 2015;

- **Resolução nº. 2, de 23 de março de 2022** - Qualifica 10 (dez) cargos de Juiz de Direito como Juiz Auxiliar de 3ª Entrância.

- **Resolução nº. 3, de 30 de março de 2022** - Alterar a Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que dispõe sobre o processo de ascensão ao Tribunal de Justiça e de movimentação de juízes na carreira da magistratura.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Resolução nº. 4, de 30 de março de 2022** - altera a Resolução nº 5, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA).

- **Resolução nº. 5, de 4 de maio de 2022** - Altera a Resolução nº. 9, de 30 de maio de 2018, Ascensão e movimentação magistrados.

- **Resolução nº. 6, de 4 de maio de 2022** - disciplina, em caráter complementar, a Resolução CNJ nº 303/2019, regulando o processamento de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 7, de 15 de junho de 2022** - aprova o Regimento Interno da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa (EJPA).

- **Resolução nº. 8, de 3 de agosto de 2022** - altera a Resolução nº 6, de 22 de abril de 2009, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário Estadual.

- **Resolução nº. 9, de 3 de agosto de 2022** - altera a Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição.

- **Resolução nº. 10, de 10 de agosto de 2022** - Institui o Estatuto de Auditoria Interna no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 11, de 10 de agosto de 2022** - Altera a Resolução nº 21, de 4 de outubro de 2006, que dispõe sobre a localização das sedes e jurisdição das



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Varas Agrárias do Estado, incluindo os municípios de Mojuí dos Campos e São João da Ponta.

- **Resolução nº. 12, de 24 de agosto de 2022** - Regulamenta a Comissão Permanente de Segurança Institucional, cria a Unidade de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências.

- **Resolução nº. 13, de 24 de agosto de 2022** - Institui a Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais.

- **Resolução nº. 14, de 14 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a instalação de mais uma Vara na Comarca de São Félix do Xingu e a alteração da nomenclatura e da competência da Vara Única da Comarca de São Félix do Xingu.

- **Resolução nº. 15, de 14 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a instalação de mais uma Vara na Comarca de Dom Eliseu e a alteração da nomenclatura e da competência da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu.

- **Resolução nº. 16, de 14 de setembro de 2022** - Transforma o Comitê de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará em Comitê de Governança de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará (CGSI-PJPA) e dá outras providências.

- **Resolução nº. 17, de 14 de setembro de 2022** - Institui o Comitê de Crise Cibernética (CCC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 18, de 14 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a alteração do Índice de Carência de Varas (ICV) do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), instituído pela Resolução nº 16, de 8 de setembro de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Resolução nº. 19, de 14 de setembro de 2022** - Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências.

- **Resolução nº. 20, de 19 de outubro de 2022** - Atribui competência a juízos criminais específicos para processar e julgar os crimes de violência político-partidária definidos no Provimento nº 135, de 2 de setembro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça.

- **Resolução nº. 21, de 23 de novembro de 2022** - Regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, de acordo com o disposto na Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

- **Resolução nº. 22, de 30 de novembro de 2022** - Acrescenta dispositivos à Resolução nº 21, de 5 de dezembro de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta a realização de julgamento de processos no segundo grau de jurisdição por meio eletrônico utilizando a ferramenta do Plenário Virtual.

- **Resolução nº. 23, de 30 de novembro de 2022** - Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 24, de 30 de novembro de 2022** - Regulamenta a tramitação dos Recursos Extraordinários e Especiais para realização de juízo prévio de admissibilidade no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará por meio da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE).

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Resolução nº. 25, de 30 de novembro de 2022** - Dispõe sobre o Programa de Formação e Atuação dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará em métodos autocompositivos - Programa Servidor(a) Amigo(a) da Pacificação.

- **Resolução nº. 26, de 30 de novembro de 2022** - Altera a Resolução nº 14, de 16 de março de 1994, que instituiu a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 27, de 30 de novembro de 2022** - Instala a Vara de Crimes contra Criança e Adolescente da Comarca de Ananindeua e altera as Resoluções nº 22, de 14 de novembro de 2012, e nº 26, de 26 de novembro de 2014, modificando a denominação e a competência da 4ª e da 5ª Vara Criminal de Ananindeua.

- **Resolução nº. 28, de 30 de novembro de 2022** - Altera a Resolução nº 26, de 26 de novembro de 2014, para especializar e modificar a denominação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá e suprime os crimes de trânsito da competência da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá.

- **Resolução nº. 29, de 30 de novembro de 2022** - Altera a Resolução nº 5, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

- **Resolução nº. 1, de 25 de janeiro de 2023** - Dispõe sobre a autorização, em caráter precário e excepcional, para residência de magistrados(as) fora da comarca de lotação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA).

- **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre a revogação dos §§º 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar nº. 14, de 17 de novembro de 1993, do Estado do Pará.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and lines.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre a revogação da Lei Estadual nº 7.733, de 20 de setembro de 2013.
  
- **Anteprojeto de Lei** - que altera a Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros anexa à Lei Estadual nº 8.331, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os emolumentos devidos pelos atos praticados no exercício dos serviços notariais e de registro;
  
- **Anteprojeto de Lei** - que dispõe sobre a alteração do sistema de reajuste do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado do Pará
  
- **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre alterações na estrutura organofuncional de unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Pará
  
- **Anteprojeto de Lei** - regulamenta a composição e a estrutura funcional da Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado do Pará, criada pela Lei Estadual nº 6.500, de 4 de novembro de 2002, e alterada pela Lei Estadual nº 6.850, de 2 de maio de 2006.
  
- **Emenda Regimental nº. 23, de 8 de junho de 2022** - Altera a redação do art. 22, caput e § 1º, e revoga os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo, assim como insere os arts. 22-A, 22-B, 22-C e 22-D no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, disciplinando o procedimento de escolha e convocação de Juízes(as) de Direito para substituição em segundo grau, nos casos de vaga ou afastamento de Desembargador(a), a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- **Emenda Regimental nº. 24, de 20 de julho de 2022** - Altera a redação do inciso VII e do § 5º do art. 28, do caput do art. 41, e do § 2º do art. 92 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

- **Emenda Regimental nº. 25, de 10 de agosto de 2022** - Altera a redação do inciso VII e do § 5º do art. 28, do caput do art. 41, e do § 2º do art. 92 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

- **Emenda Regimental nº. 26, de 30 novembro de 2022** - Altera o texto do art. 42 e acrescenta a Seção VI ao Capítulo V do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, regulamentando a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC).

- **Emenda Regimental nº. 27, de 30 novembro de 2022** - Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que regem o Incidente de Assunção de Competência e dispõe sobre a revisão de teses firmadas em processos que versem sobre precedentes judiciais qualificados.

- **Emenda Regimental nº. 28, de 30 novembro de 2022** - Altera a redação do art. 140-A, caput e §§ 2º e 3º, e revoga o inciso III do § 11 do art. 140 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Ressalto que os atos normativos aprovados permitem a implementação de diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, bem como atendem a demandas provenientes do Conselho Nacional de Justiça.

Belém, 27 de janeiro de 2023.

**Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**  
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em exercício